

Solidariedade de vizinhança e oposições de classe em colectividades rurais

Ponderando sugestões de vários autores, aliás nem sempre coincidentes entre si, parece legítimo organizar o conjunto de traços específicos do espaço social rural em torno de três grandes blocos de características: dependência em relação aos processos naturais e estreita ligação ao espaço físico local de grande parte dos agentes sociais que nele habitam; persistência do grupo doméstico, enquanto unidade de produção, consumo e residência; importância das relações de interconhecimento na configuração dos principais processos sociais locais.

É deste último bloco de características (de resto, não inteiramente independente dos anteriores) que o presente texto se ocupa, nele se chamando a atenção, além disso, para a necessidade de não confundir especificidade com imutabilidade do «mundo rural».

Embora se apoie grandemente em resultados obtidos pelo autor numa pesquisa de maior fôlego sobre estruturas sociais e práticas simbólico-ideológicas nos campos¹, o artigo foi concebido de molde a permitir uma leitura que inteiramente prescindia de outras informações.

Numa primeira parte alinham-se-ão considerações de índole genérica sobre a natureza das relações de vizinhança nas colectividades rurais, bem como sobre a sua desintegração por força de transformações nas estruturas de classe locais, tendo em conta sobretudo os processos de produção, circulação e reconhecimento de sentido aí implicados; a segunda parte incluirá, por outro lado, elementos obtidos, em perspectiva idêntica, numa investigação empírica sobre uma freguesia rural do concelho de Penafiel (Fonte Arcada), nela se não descurando nem uma referência à importância das migrações e à natureza das estruturas produtivas na colectividade, nem, evidentemente, uma análise relativamente especificada dos mecanismos sociais e simbólicos de mudança no plano das formas de sociabilidade e da cultura camponesas tradicionais.

¹ Trata-se de um trabalho em vias de conclusão, realizado parcialmente em colaboração com João Ferreira de Almeida (ver o seu artigo «Quem faz o arraial é o povo»: mudança social e mudança cultural», in *Análise Social*, n.º 64), que tem contado com o apoio da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.

I

ENTREAJUDA, VIZINHANÇA E INTERCONHECIMENTO EM COLECTIVIDADES RURAIS: CONSIDERAÇÕES GERAIS

1. FUNDAMENTOS E ESPECIFICIDADE DAS RELAÇÕES DE SOCIABILIDADE CAMPONESAS

Quando, referindo-se às ligações de vizinhança em colectividades rurais, Max Weber afirmava constituírem elas um factor de «fraternidade», para de imediato acrescentar ser indispensável atribuir a tal palavra, neste contexto, um sentido inspirado por uma «ética económica», com a sua «ausência total de sentimentalidade», era, no essencial, para os fundamentos económicos desta forma de sociabilidade que ele nos apontava. Identificando-os, contudo, basicamente, com motivações de tipo utilitarista (a «ajuda benévola» em espécies ou em trabalho de que nos fala resulta, segundo ele, de um cálculo subjectivo recíproco apoiado no pressuposto de que «cada um pode ficar em condições de necessitar da ajuda do vizinho»), ou, um pouco mais lateralmente, reconduzindo aqueles fundamentos à escassez de recursos das comunidades domésticas², não nos parece que Weber tenha conseguido identificar os factores económicos decisivos das ligações de vizinhança nos campos.

Para isso será necessário ter em conta a especificidade da própria produção agrícola.

Dir-se-á que, justamente neste nível, as circunstâncias apontam no sentido inverso ao do predomínio de relações de vizinhança: largamente organizada em termos de grupos domésticos cujo elevado grau de autonomia permitiu a Marx caracterizar o campesinato parcelar como «simples adição de grandezas homólogas», a produção agrícola implicaria de facto, pelo escasso desenvolvimento de divisão de trabalho extrafamiliar a que dá lugar, que não fosse grande a importância daquele tipo de relações.

Acontece que a dependência recíproca de unidades de produção com estas características não é menor por força da sua tendencial auto-suficiência: pelo contrário, em circunstâncias contingentes, como sejam as resultantes de incêndios, cataclismos naturais, construção de edifícios indispensáveis à laboração, etc., ou mesmo sazonais, como as que se relacionam com a absoluta escassez de força de trabalho disponível em certas fases do ciclo produtivo, em tais circunstâncias, dizíamos, é precisamente aquele reduzido grau de divisão de trabalho que impõe e torna socialmente visível essa dependência.

A região de Entre Douro e Minho, onde, como já se disse, a policultura constitui «o tipo mais perfeito de integração agrícola vertical que se pode conceber»³, oferece justamente o exemplo acabado da compatibilidade prática entre as duas tendências assinaladas: enquanto, por um lado, a fragmentação e o isolamento «técnico» das explorações são, em parte pelas próprias exigências e virtualidades da policultura,

² Max Weber, *Économie et Société*, t. I, Paris, Plon, 1971, p. 380.

³ Pierre Birot, *Le Portugal*, Librairie Armand Colin, 1950, p. 69

bastante acentuados, a necessidade de efectuar exigentes trabalhos sazonais em comum (vindimas, colheitas, desfolhadas, etc.), dando lugar à implementação de um elaborado sistema de ajuda recíproca, atribui, por outro, às relações de vizinhança um significado social especialmente saliente.

Daí ao exercício tendencialmente automático (e não excluimos que, como pretendia Weber, ele passe pela semiexplicitação de um cálculo subjectivo) dos mecanismos integradores das relações de vizinhança vai, evidentemente, todo um processo de inculcação mais ou menos difusa de disposições e mesmo de operadores ideológicos especulativos, cuja eficácia não pode, aliás, dissociar-se de outras práticas e condições económicas objectivas das colectividades rurais.

Referimo-nos não só a certas modalidades elementares da divisão de trabalho, cujo exercício depende, neste contexto, de um conhecimento íntimo das capacidades diferenciais dos indivíduos («Pode não haver qualquer artesanato na aldeia, mas normalmente há um lavrador mais hábil do que os restantes a construir casas, a tratar de animais doentes ou a reparar os equipamentos, por exemplo») ⁴, como também a algumas outras características da produção agrícola. Se é verdade que a dimensão e a dispersão das colectividades rurais não são alheias à diversidade regional de estruturas agrárias e sistemas de culturas, não há dúvida também que, de um modo geral, é de facto ainda a própria natureza dos processos técnicos da agricultura, onde só metaforicamente a terra é um elemento dispensável, que impede os produtores de se implantarem em grandes agregados populacionais e de usufruírem de mobilidade espacial assinalável: daí até à forte limitação e «simplificação» do horizonte sensorial dos seus habitantes, indutoras, elas próprias, pela drástica redução do leque de possíveis situações de interacção visíveis a que dão lugar, de um tendencial *ajustamento de «habitus»* (permitindo falar, a propósito destas colectividades, de «transparência de papéis», de «sociedades de interconhecimento» e de «homogeneidade cultural»), não vai senão um passo ⁵.

Mas a racionalização especulativa da entreaajuda, que, também neste caso, faz da necessidade virtude, não é, como dissemos, factor menor da sua subsistência e eficácia prática, contribuindo de modo importante para a coesão das colectividades rurais. A análise sistemática de manifestações discursivas ligadas à tradição popular oral (ditados e contos locais, por exemplo) e ao culto religioso (prédicas), bem como a de outras manifestações simbólico-ideológicas altamente ritualizadas (festas e cerimónias

⁴ Boguslaw Galeski, *Basic Concepts on Rural Sociology*, Manchester University Press, 1972, p. 81.

⁵ Já, pelo menos, desde o célebre texto de Marcel Mauss sobre as «técnicas de corpo» que foi sugerida a utilização da noção de *habitus* pela sociologia. Pertence, porém, como se sabe, à linha de investigação que se inspira nos trabalhos de Pierre Bourdieu a iniciativa de prolongar a sugestão, sob forma de um corpo teórico devidamente estruturado e ajustado às exigências da pesquisa empírica. Definido como sistema de «disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona em cada momento como matriz de percepção, de apreciações e de acções», o conceito de *habitus* é já um instrumento teórico indispensável na análise sociológica dos processos simbólico-ideológicos e, mais geralmente, na da produção das práticas e da reprodução, por estas, das estruturas sociais. *Savoir-faire*, mais do que saber consciente dos seus limites, poderes e gênese, o *habitus* corresponde a uma competência prático-simbólica capaz de regular (no sentido de pautar e, justamente, tornar regulares) as respostas dos agentes sociais às múltiplas e diversas situações com que se confrontam. Se todos os agentes duradouramente colocados perante condições de existência homogêneas e submetidos

religiosas comunitárias, por exemplo), permite obter, a este respeito, elementos muito esclarecedores.

A história das ciências sociais regista inúmeras tentativas — mais ingénuas umas, mais elaboradas e/ou formalizadas outras — para dar conta da especificidade das relações de sociabilidade nas colectividades rurais. Foi assim que, associando-as ao primeiro termo da célebre dicotomia comunidade (*gemeinschaft*)/sociedade (*gesellschaft*), Ferdinand Tönnies sublinhou a harmonização espontânea entre interesses individuais e interesses de grupo, que, através de ligações de sangue, de amizade e de fé intensamente vividas, elas garantem, no que, mais perto de nós, foi seguido, em estilo substancialmente formalizado por Talcott Parsons⁶. No quadro de uma problemática que, em boa medida, se define contra os pressupostos psicologizantes das concepções de Tönnies e desemboca mesmo em corolários teórico-ideológicos que lhe são antagónicos, é ainda a preocupação de distinguir entre o tipo de sociabilidade das sociedades arcaicas (que persiste nas colectividades rurais) e o das sociedades industriais o que leva Émile Durkheim a contrapor solidariedade mecânica e solidariedade orgânica. Correspondendo o primeiro destes tipos sociais a um estágio primitivo da divisão social do trabalho e, simultaneamente, a uma forte presença da «consciência colectiva» nas consciências individuais, caracteriza-o a tendência para a uniformização social, garantida, aliás, por um direito de natureza essencialmente repressiva (por oposição a restitutiva, característica já das sociedades de solidariedade orgânica). Preocupações homólogas destas estão, finalmente, presentes na oposição *folk/urban societies*, que, mais recentemente, marcou toda uma linha de investigação etnossociológica sobre colectividades locais, inspirada nos trabalhos e hipóteses teóricas de Robert Redfield.

Considerávamos há pouco que o *ajustamento tendencial de «habitus»* e a redução do leque de situações típicas de interacção — fenómenos cujos fundamentos tínhamos, paralelamente, tentado circunscrever — justificavam, no essencial, que, a propósito de colectividades rurais, se falasse em «sociedades de interconhecimento». Sem pretendermos negar importância às tentativas de caracterização das relações de sociabilidade propostas pelos clássicos — elas permitem, pelo menos, a descrição e a comparação sistemáticas das modalidades «ideal-típicas» dessas relações —, pensamos que o desenvolvimento dos vectores teóricos por nós enunciados encerram maiores potencialidades explicativas.

Uma prevenção, entretanto.

Contrariamente ao que a expressão pode sugerir, ajustamento de *habitus* de modo nenhum deverá confundir-se com identidade ou homogeneidade de *habitus*. As colectividades rurais nunca foram nem são sistemas sociais harmoniosos, aos quais seja abusivo imputar uma clara

a homogéneos condicionamentos sociais por elas impostos são dotados de sistemas de disposições tendencialmente homogéneos também, há lugar para se falar em *habitus* de classe e de *fracção de classe*.

⁶ Com base na célebre conceituação das *pattern variables* da acção humana de T. Parsons, é possível caracterizar as relações comunitárias de Tönnies em termos de *particularismo* (por oposição a universalismo), *qualidade* (por oposição a *performance*), *afectividade* (por oposição a neutralidade afectiva) e *difusão* (por oposição a especificidade) (cfr. Talcott Parsons, *The Structure of Social Action*, Nova Iorque, The Free Press, 1968, pp. 686-694, e Guy Rocher, *Talcott Parsons et la Sociologie Américaine*, Paris, PUF, «Col. SUP», 1972, pp. 55-60).

diversidade de condições materiais de existência⁷, pelo que a mais elementar coerência com os princípios teóricos adoptados (ver nota 5) nos impede de agora invocar essa homogeneidade. O que com a expressão pretendemos afirmar é, isso sim, que, por razões essencialmente ligadas às condicionantes específicas da produção agrícola e à coincidência nas referidas colectividades entre «quadro de vida» e «quadro de trabalho», o conhecimento prático *recíproco* do modo diferencial como os agentes sociais produzem e atribuem sentido e se comportam (o *interhabitus*, dir-se-ia) é, nestas circunstâncias, especialmente desenvolvido e apurado: o reiterado estabelecimento de correspondências quase automáticas entre um conjunto de manifestações de sociabilidade tipificáveis num número relativamente restrito de situações notáveis e os princípios práticos que as geram induz, com efeito, o que designámos por ajustamento de *habitus* e, na sequência deste, não só a «transparência da sociedade para os seus membros» e a «muito grande previsibilidade dos comportamentos», como ainda a tendência para a «uniformidade cultural», a que abundantemente se referem os especialistas de sociologia rural⁸.

O uso generalizado de alcunhas, só possível pela facilidade de memorização a que a simplificação do horizonte sensorial das colectividades dá lugar, inscreve-se precisamente na intersecção destas tendências: mais do que simples sucedâneo jocoso ou agressivo do nome ou designação funcional dos visados, a alcunha é, com efeito, uma chave socialmente partilhada da sua personalidade social, actuando, por isso, como elemento importante quer na previsão recíproca de juízos e comportamentos, quer em inúmeras tomadas de decisão «de carácter económico, sexual ou familiar» que os envolvam⁹.

Circunstâncias sociais específicas reforçariam, pois, nas colectividades rurais, de modo algo paradigmático, os «mecanismos de auto-regulação» simbólica de que Pierre Bourdieu nos fala: «Cette connaissance pratique qui se fonde sur le décryptage continu des indices 'perçus' et non 'aperçus' de l'accueil fait aux actions déjà accomplies, opère continûment les contrôles et les corrections destinés à assurer l'ajustement des pratiques et des expressions aux attentes et aux réactions des autres agents et fonctionne à la façon d'un mécanisme d'auto-régulation chargé de redéfinir continûment les orientations de l'action en fonction de l'information reçue sur la réception de l'information émise et sur les effets produits par cette information.»¹⁰

Se se designar por *interhabitus* a matriz deste conhecimento prático *recíproco* dos princípios — igualmente práticos — a partir dos quais os

⁷ Para o caso português, a demonstração está feita, relativamente ao passado, em obras como *A Estrutura na Antiga Sociedade Portuguesa* (Arcádia, Lisboa, 1971), de Vitorino Magalhães Godinho, e, quanto ao presente, em F. Oliveira Baptista, *Portugal 1975 — os Campos*, Porto, Afrontamento, 1978, e Eduardo Freitas, João Ferreira de Almeida e Manuel Villaverde Cabral, *Modalidades de Penetração do Capitalismo na Agricultura: Estruturas Agrárias em Portugal Continental (1950-1970)*, Lisboa, Editorial Presença / Martins Fontes, 1976.

⁸ É o caso, por exemplo, de Henri Mendras (*Sociétés Paysannes. Éléments pour Une Théorie de la Paysannerie*, Paris, Armand Colin, 1976, especialmente cap. 4), e Kasimierz Dobrowolski («Peasant traditional culture», in T. Shanin [org.], *Peasants and Peasant Societies*, Penguin Books, 1975).

⁹ Víctor Pérez Díaz, *Estructura Social del Campo y Éxodo Rural — Estudio de Un Pueblo de Castilla*, Madrid, Editorial Tecnos, 1972, pp. 99-100.

¹⁰ Pierre Bourdieu, *Esquisse d'Une Théorie de la Pratique, Précédé de Trois Études d'Ethnologie Kabyle*, Genebra/Paris, Droz, 1972, p. 162.

agentes produzem e atribuem sentido, parece, então, correcto dizer-se que a especificidade das colectividades rurais em matéria de auto-regulação social resulta de nelas ser colectivamente accionado um «*interhabitus*» integrado¹¹.

Correndo o risco de insistir com exagero num ponto que a adjectivação até agora proposta já tenha deixado ficar suficientemente claro, deve esclarecer-se que, ao contrário do que é admitido por todas as variantes da sociologia tributárias da teoria geral da acção, não é de um cumprimento consciente de normas, valores ou regras institucionalizadas num sistema de papéis sociais complementares que se quer falar quando se alude, nestes termos, aos mecanismos de auto-regulação nas colectividades rurais: o ajustamento de *habitus* que consideramos estar na base da concertação das práticas, portanto desta auto-regulação, não passa, *a não ser excepcionalmente*, nem pela avaliação reflectida de normas sociais inscritas numa «consciência colectiva» transcendendo os indivíduos, nem pela definição de estratégias de acção conscientes dos fins a atingir e da cadeia de reacções que a sua prossecução envolve.

A não ser excepcionalmente, dizíamos.

É que, se o saber prático que o ajustamento de *habitus* envolve e promove dispensa, na maior parte das situações sociais, a explicitação/ /racionalização dos princípios geradores das práticas, configurando *estratégias objectivas desprovidas de um cálculo estratégico*, também é verdade que o mesmo saber prático não só *não exclui* em todos os casos o accionamento paralelo de uma competência simbólica mais elaborada — é o que frequentemente ocorre na interacção linguística, onde os elementos e operadores discursivos directamente correlacionáveis com os da lógica prática se combinam com subtis operações retóricas, sob a forma de *estratégias argumentativas* por vezes muito complexas¹² —, como, além disso, *não é absoluto*, o que se torna patente sempre que, perante situações novas ou excepcionais, o funcionamento automático das evidências e do conhecimento implícito visivelmente não garante, por si só, a salvaguarda dos interesses de quem os acciona.

A tão invocada «astúcia» ou «manha» dos camponeses — quantas vezes ideologicamente atribuída a perversos traços inatos da sua persona-

¹¹ Isto não quer dizer que, noutros contextos sociais (nomeadamente urbanos), a proximidade física e o contacto reiterado entre agentes não induza certas formas de integração ou ajustamento de *habitus* de classe (nos locais de trabalho, de residência, etc.). Contrariamente ao que ocorre nas colectividades rurais tradicionais, esse ajustamento é, contudo, meramente parcelar, no sentido em que não envolve a personalidade social global dos agentes, mas apenas certos dos operadores que constituem os seus *habitus* de classe.

¹² Os recentes estudos linguísticos sobre a *argumentação*, cujo objectivo é revelar «o conjunto de estratégias de um orador que se dirige a um auditório, tendo em vista modificar a opinião do mesmo auditório sobre uma situação ou sobre um objecto», através do estabelecimento dos «objectos» e das «relações entre objectos» do discurso, das «determinações» dos mesmos objectos, bem como das «modalidades», «operações lógicas» e «procedimentos de ordem» de natureza discursiva (elementos que, no seu conjunto, configuram justamente os mecanismos estratégicos do discurso), revelam, quanto a nós, grandes potencialidades no que respeita à análise concreta dos efeitos de sentido produzidos na matéria significativa da língua pelo cruzamento do *interhabitus* e de certos procedimentos finalizados de manipulação simbólica (cfr. Georges Vignaux, «Le discours argumenté écrit», in *Communications*, n.º 20, Paris, Seuil, 1975, e G. Ferrandez, «À propos de 'L'argumentation-essai d'une logique discursive'», in *Langage et Société*, n.º 6, Maison des Sciences de l'Homme, 1978).

lidade — não é mais do que o efeito do funcionamento conjunto de um *interhabitus* com as características descritas e de elementares operações de reflexão sobre a prática social, do domínio já de uma competência simbólica controlada. Enquanto o primeiro garante a relativa «naturalidade» do artifício, cabe às segundas assegurar-lhe, predominantemente, a eficácia.

A questão dos «líderes de opinião» merece de igual modo ser encarada à luz do funcionamento conjunto destes dois tipos de instrumentos de produção/reconhecimento de sentido. Com efeito, se é verdade que as marcas discursivas de um apurado domínio simbólico da prática e de certos dos seus produtos reforçam o poder que as palavras retiram, em última análise, da posição ocupada por quem as pronuncia na estrutura social, não é menos certo que a eficácia e a difusibilidade destas exigem dos seus autores que o trabalho de manipulação simbólica capaz de valorizar aquelas marcas não apague os mecanismos discursivos mais propensos a uma decodificação automática pelos *habitus* de classe: «falar como toda a gente», embora falando de modo diferente, é, como bem reconhecem os observadores atentos das colectividades rurais, o efeito retórico decisivo no processo de constituição/imposição da crença ¹³.

O carácter não absoluto do saber prático que os *habitus* e o seu conhecimento recíproco cristalizam pode aferir-se, por seu turno, ainda, a propósito de dois tipos de situações não só incomuns, mas também cruciais, se pensarmos em termos dos mecanismos de reprodução de lugares na estrutura social das colectividades rurais: referimo-nos, por um lado, às que estão ligadas à salvaguarda e transmissão dos bens patrimoniais e, por outro, às que, não sendo independentes das anteriores, directamente se referem às escolhas matrimoniais.

É conhecida a importância que a regularização minuciosa das cláusulas contratuais assume nestas colectividades. Envolvendo o recurso permanente aos «homens de leis» e a complexos rituais colectivos ¹⁴, tal regularização transcende largamente o simples accionamento cruzado dos *habitus* de classe: trata-se já, neste caso, de mobilizar a erudição dos conhecedores dos meandros da lei ou dos depositários consagrados das tradições locais para precisar e autenticar a vontade das partes, conciliando tanto quanto possível os cálculos estratégicos em presença. Disputas acerca dos limites das terras, dos locais de passagem de águas ou de caminhos públicos, etc., ou, bem assim, a definição de estratégias sucessórias garantindo a preservação ou crescimento dos patrimónios fundiários — factos cuja incidência sobre a estrutura de repartição do capital económico e, derivadamente, simbólico é absolutamente decisiva —, também não encontram, a não ser com o risco de graves tensões disruptoras, resposta adequada no funcionamento automático do *interhabitus*. Impõe-se, ainda aqui, quer o recurso ao poder e à linguagem da norma, quer uma cuidada racionalização dos interesses em jogo, sob a forma de estratégias de acção finalizadas e autocontroladas ¹⁵.

¹³ Está evidentemente à vista a importância que, neste processo de dominação inscrito/dissimulado na comunicação oral, hão-de assumir os mecanismos de acesso socialmente diferenciado aos bens da cultura, sobretudo os que são transmitidos pelo sistema escolar.

¹⁴ Algumas feiras portuguesas, sobretudo as que envolvem transacções de gado, são ainda, como se sabe, contexto habitual de rituais deste tipo.

¹⁵ Reportando-se a certas formas de mercadejar envolvendo camponeses, eis como Jacques Maho expressivamente nos dá conta do fenómeno: «Le marchandage

Interpõe-se aqui a questão das relações entre formas escritas e orais de comunicação e de memorização cultural, convindo assinalar que o recurso a umas ou outras, embora ligado, em qualquer caso, a uma repartição inigualitária do capital escolar nas colectividades locais, não é indiferente ao grau e à natureza da penetração no espaço rural das relações sociais dominantes, especialmente as que configuram o poder do Estado.

Recorrer ao veredicto da norma escrita, atribuindo, além disso, a um corpo restrito de especialistas a exclusiva legitimidade da sua interpretação, não pode deixar de estar dependente (como revela, de resto, a proximidade física, nas sedes locais do poder central, dos representantes directos da hierarquia do Estado e dos depositários e intérpretes legitimados da Lei) do processo de subordinação económica, cultural e política das colectividades rurais perante os poderes dominantes e suas instituições.

Sendo de excluir a existência de sociedades camponesas absolutamente imunes aos efeitos sociais da escrita, não deixa de ser curioso assinalar que o fraco grau de penetração das relações capitalistas coincide aí com a manutenção de formas de regulação estrita das práticas sociais, apelando para um complexo e ritualizado processo de ratificação social em que a comunicação oral e a gestualidade desempenham um papel decisivo ¹⁶.

Contrariamente ao que ocorre em colectividades onde os instrumentos de controlo social homólogos são consagrados em códigos escritos, é a redundância de tais procedimentos simbólicos — fracamente codificados e portanto ambíguos, como se sabe — que, nestas circunstâncias, garante a sua eficácia.

Sendo certo, finalmente, que o recurso à jurisprudência e, portanto, também, o próprio processo de criação da necessidade desse recurso são socialmente diferenciados, em função do modo de repartição dos instrumentos de acesso às formas de comunicação escritas, já se vê até que ponto o princípio formal da plena igualdade dos cidadãos perante a lei encontra nas colectividades rurais motivos de franca derrogação prática.

Não é por acaso, entretanto, que a questão das alianças pelo casamento é encarada pelos especialistas em termos de *estratégias* matrimoniais. É certo que se trata de um domínio de relações sociais onde certos factores espúrios, como, por exemplo, os decorrentes de leis de distribuição de dotes físicos não coincidentes com os dotes sociais (beleza extraordinária de mulheres ou homens com reduzido valor matrimonial intrínseco),

traditionnel, par exemple, est une 'comédie' assez bien réglée, où les rôles sont bien ressentis et assumés; il est institutionnalisé sur le foirail; toute parole est de poids, tout conseil est intéressé» («Modernisation technique en milieu rural», in *Études Rurales*, n.º 16, Paris/Haia, Mouton, 1965, p. 76).

¹⁶ As análises sociológicas de Boaventura de Sousa Santos sobre a retórica jurídica (nomeadamente «The law of the oppressed: the construction and reproduction of legality in Pasargada», in *Law & Society Review*, vol. 12, n.º 1, 1977, e *O Discurso e o Poder — Ensaio sobre a Sociologia da Retórica Jurídica*, Coimbra, Faculdade de Direito, 1980) contêm importantes e originais sugestões acerca da interacção entre o sistema jurídico estatal e certas formas de direito não oficial.

The Domestication of the Savage Mind, trabalho de Jack Goody que, na sua edição francesa (*La Raison Graphique — la Domestication de la Pensée Sauvage*, Paris, Les Éditions de Minuit, 1979), é precedido de uma excelente introdução de Jean Bazin e Alban Bensa, constitui, por seu turno, uma referência teórica indispensável para uma avaliação dos efeitos cognitivos e sociais da escrita em colectividades rurais.

ou os que relevam de circunstancialismos demográficos incontrolláveis (escassez objectiva de efectivos matrimoniais em certas categorias sociais), perturbam a elaboração de cálculos estratégicos muito precisos. Tal não impede, contudo, que seja com base nestes, e não apenas na «boa» intuição que os *habitus* de classe por si só promovem, que as procuras no mercado matrimonial se formulam, visem elas, a todo o custo, a endogamia de classe ou, por outro lado, uma exogamia de efeitos promocionais.

Que as estratégias matrimoniais nas colectividades rurais tradicionais envolvam acima de tudo subtils conhecimentos sobre a genealogia das famílias e respectivos fundos patrimoniais, eis o que, afinal, só espantará quem jamais aqui tenha observado quais são as direcções predominantes das setas de Cupido: casamentos entre dois ou mesmo três irmãos de uma família com igual número de irmãos de outra família, ou entre cônjuges com idades cronológicas aberrantemente desequilibradas, são, em fracções de classe cujo capital económico e/ou simbólico dependa estritamente da preservação/acumulação de um sólido património fundiário — é o que acontece, precisamente, com a tradicional casa senhorial de Entre Douro e Minho e em certas fracções do campesinato —, bastante frequentes. A elisão social do seu carácter calculado, ou seja, a possibilidade de, a seu respeito, se falar em casamento «de amor», torna-se, assim, especialmente difícil.

Ao afirmar que as estratégias matrimoniais põem em acção «princípios profundamente interiorizados de uma tradição particular» e reproduzem «mais inconscientemente do que conscientemente» as soluções típicas que a mesma tradição estipula¹⁷, Pierre Bourdieu parece inclinado a atribuir ao simples funcionamento dos *habitus* de classe o estabelecimento objectivo daquelas. Em abono de tal tese militarism, aliás, argumentos, como o de I. Chiva e M.-C. Pingaud, segundo os quais «o processo de interconhecimento na aldeia passa pela representação conjunta da rede fundiária inscrita no solo e das redes familiares correspondentes»¹⁸.

Sem recusar que o funcionamento implícito do *interhabitus* designe com adequada fidelidade de classe os *interditos absolutos* quanto a escolhas matrimoniais, pensamos, pela nossa parte, que as estratégias nesta matéria não prescindem, sobretudo em conjunturas sociais de crise relativamente aos factores preponderantes do mercado matrimonial, do accionamento de uma elaborada competência simbólica¹⁹.

Complexos processos de produção, circulação/inculcação e reconhecimento de sentido estão evidentemente implicados na rede de relações de sociabilidade cujos principais aspectos acabámos de descrever.

Embora o funcionamento do *interhabitus*, pelo carácter pré-reflexivo e quase automático que assume, tenda a elidir — e daí, aliás, grande parte da sua eficácia prática — o efeito de imposição de arbitrários

¹⁷ Pierre Bourdieu, «Les stratégies matrimoniales dans le système de reproduction», in *Annales*, 27.º ano, n.ºs 4-5, Paris, Armand Colin, 1972, p. 1107.

¹⁸ I. Chiva e Marie-Claude Pingaud, «Pouvoir et monde rural — présentation de recherches», in *Études Rurales*, n.ºs 63-64, Paris/Haia, Mouton, 1976, p. 6.

¹⁹ Num trabalho sobre a crise dos mecanismos matrimoniais numa sociedade camponesa tradicional («Émigration et dérèglement du marché matrimonial», in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.º 15, Paris, Centre de Sociologie Européenne, 1977), Bernard Vernier avança, parece-nos, bons argumentos em favor da nossa tese.

culturais que, como se sabe, atravessa aqueles processos, não pode negar-se que a reciprocidade de que se reveste consubstancia mecanismos de natureza semiótica, cuja importância em termos de coesão/integração das «comunidades de vizinhança» não é de mais salientar. Quer seja através dos circuitos de interacção linguística predominantes (nem simétricos, nem neutrais, como se sabe), quer através das formas semióticas só aparentemente assistemáticas da gestualidade espontânea, quer ainda através das relações que, ainda por intermédio do corpo, os indivíduos mantêm com os objectos e o espaço, é todo um sistema de operadores estipulando o que é permitido ou interdito, louvável ou reprovável, bom ou mau, reprimível ou ostentável o que as relações de sociabilidade, com a acrescida eficácia que as sociedades de interconhecimento asseguram, não só transmitem, como, acima de tudo, impõem, assim contribuindo para a reprodução, pelas práticas, das estruturas sociais.

2. A DESINTEGRAÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL E CULTURAL DE VIZINHANÇA: ALGUMAS QUESTÕES

Nada melhor, para pensar a especificidade destes mecanismos, do que tentar avaliar-lhes a eficácia social nos períodos e circunstâncias em que os fundamentos que habitualmente os sustentam são fortemente abalados; é o que justamente ocorre em colectividades rurais que, como as do concelho de Penafiel, são duravelmente afectadas por fenómenos de mobilidade geográfica, assumam eles a forma de êxodos rurais intensos para os espaços urbano-industriais nacional ou internacional ou, como é o caso que aqui mais nos interessa reter, a de migrações pendulares não menos espectaculares.

É a própria rarefacção qualificada²⁰ dos efectivos populacionais nas colectividades de emigração que, no primeiro caso, determina a transformação dos sistemas tradicionais de circulação de sentido. Quer as explorações agrícolas tendam, por esse facto, a reconverter os seus processos de trabalho e sistemas de culturas, retraindo-se em níveis de produtividade muito baixos, quer, noutra hipótese (não necessariamente incompatível com a primeira), essa reconversão se efective por intermédio de uma acrescida utilização de capital técnico, com eventual aumento da produtividade do trabalho, sempre o envelhecimento e a feminização da população agrícola implicam, com efeito, alterações profundas à lógica da entreaajuda, o fundamento mais sólido, como vimos, das ligações de vizinhança de que Weber nos falava. Conhecem-se, além disso, algumas das consequências que, em situações extremas (e convém observar que não será este o caso de Penafiel), fluxos emigratórios deste tipo implicaram no plano das relações de sociabilidade das colectividades rurais: eliminada a presença dos agentes sociais que, pela posição ocupada no sistema de autoridade do grupo familiar, mais propensos são, em circunstâncias normais, a contrariar a tendência para a insularização das unidades domésticas de produção e de residência, passa o poder simbólico das colectividades e repartir-se, em grande medida, entre agentes que, por

²⁰ Qualificada porque incide com especial intensidade no grupo dos jovens adultos do sexo masculino activos da agricultura.

razões sociais e naturais²¹, tendem, ao contrário, a reforçá-la e, derivadamente, a acentuar o imobilismo e conservadorismo do campesinato. Se esta não é, com certeza, razão suficiente para deixar de se falar, a propósito de tais colectividades, em sociedades de interconhecimento, parece de igual modo sustentável que ao funcionamento do *interhabitus* se atribua, neste caso, não propriamente a função de reprodução do sistema de relações sociais, mas tão-só, no plano da sociabilidade, pelo menos, o de uma sua sub-reprodução generalizada²².

A este propósito, duas observações se impõem.

Em colectividades cuja actividade económica principal seja a agricultura, contrariar esta tendência para o isolamento, ela própria determinada pelas características dos processos de trabalho aí predominantes, não implica necessariamente o recurso intenso a formas de comunicação oral, a não ser, precisamente, em locais quase exclusivamente reservados aos homens, como a taberna e/ou o café, onde, mesmo assim, são estreitos os limites temáticos dos diálogos habituais. Como lembra Henri Mendras, para aliás daí retirar importantes prevenções quanto ao uso da técnica da entrevista nos estudos rurais, a observação recíproca de comportamentos sempre visíveis constitui, com efeito, nessas colectividades «em que toda a gente conhece toda a gente», o modo mais frequente de acesso à informação sobre as situações e disposições sociais predominantes²³. O accionamento, desde a primeira infância, de técnicas de socialização constitutivas de uma subtil e incisiva pedagogia do olhar — a expressão é de Françoise Zonaben²⁴ — condicionará favoravelmente, aliás, este processo de descodificação pronta e precisa.

A segunda observação aponta para a necessidade de evitar generalizações precipitadas quanto aos efeitos desvitalizadores da emigração nas colectividades rurais. Por razões que vão desde um envio maciço de remessas capaz de revigorar substancialmente os padrões de consumo e o património das colectividades até uma elevada frequência de contactos dos emigrantes com as suas aldeias de origem, o despovoamento de adultos (do sexo masculino, predominantemente) pode não ter as implicações que acima prevíamos.

Estudos realizados em colectividades rurais portuguesas puderam inclusivamente demonstrar que o estabelecimento, nos países de destino, de subcomunidades de indivíduos oriundos da mesma região, mantendo intensa vida própria, favorece uma ligação estreita e continuada dos emigrantes

²¹ O segundo qualificativo refere-se exclusivamente ao fenómeno de decrepitude física, que, no grupo dos idosos, contribuirá para o seu «*handicap* comunicacional». Não se exclui, entretanto, que seja ainda em factores de índole social, nomeadamente o que diz respeito à marginalização auto-assumida de agentes sociais afastados das tarefas produtivas, que o referido *handicap* radica.

²² Pode, evidentemente, argumentar-se que o contacto com os emigrantes induz, precisamente, um efeito de sentido contrário. Mesmo assim, o modo como as colectividades de emigração aceitam e promovem o exibicionismo caricatural do emigrante em férias, renunciando ao exercício de qualquer contrapoder simbólico, é ainda uma consequência daquela sub-reprodução.

²³ Henri Mendras, «Du bon usage des techniques dans les enquêtes rurales», in *La Transformation du Métier d'Agriculteur dans la France Moderne*, Paris, SEDEIS, pp. 323-329.

²⁴ Françoise Zonaben, «L'enfance dans un village français», in *Revue Internationale des Sciences Sociales*, vol. xxxi, n.º 3, UNESCO, 1979, pp. 538-541.

com a terra natal, que pode ir até à recuperação/reconversão nesta de algumas cerimónias festivas e/ou religiosas tradicionais²⁵.

São parcialmente diferentes as consequências da semiproletarização das famílias camponesas sobre as relações de vizinhança e correspondentes mecanismos de produção, circulação/inculcação e reconhecimento de sentido, quando tal processo se traduz, no essencial, por um fenómeno de transferência geográfica de força de trabalho de natureza *pendular*.

É claro que o contacto reiterado de membros das colectividades com situações objectivas e formas simbólicas novas envolve, neste caso, transformações directas na produção e recepção de efeitos de sentido, tanto mais profundas quanto mais elevado for, na estrutura de poder simbólico das colectividades, o lugar ocupado pelos membros das categorias sociais predominantes de migrantes.

A passagem a uma agricultura a tempo parcial que sistematicamente está associada àquelas migrações pendulares tem, no entanto, consequências de tal modo importantes no plano dos fundamentos materiais das relações de vizinhança e, portanto, no do *interhabitus*, que é delas sobretudo que agora iremos ocupar-nos. Não sem, de resto, advertirmos que, não sendo homogêneas as circunstâncias históricas globais, regionais ou mesmo locais que estão na base de fenómenos deste tipo (daí que, mesmo à escala do concelho de Penafiel, quaisquer generalizações nesta matéria tenham de ser especialmente prudentes), não é fácil fazê-lo de uma forma sistemática.

Seja como for, as opiniões a este respeito convergem no sentido de se admitir que a obtenção de um rendimento de origem extra-agrícola por parte de alguns agricultores tende a gerar uma conflitualidade latente ou aberta entre estes e os que continuam a exercer a sua actividade «a tempo pleno», quer como camponeses, quer como empresários capitalistas. É que, se, por um lado, a obtenção desse rendimento adicional (pelo seu montante e/ou regularidade) pode contribuir, na óptica dos agricultores a tempo pleno, para enfraquecer a capacidade reivindicativa dos agricultores, em particular na defesa do preço dos seus produtos, não é menos verdade, ainda segundo a mesma óptica, que o fenómeno vem rigidificar desnecessariamente o mercado fundiário, adiando o abandono de terras cuja exploração seria, noutras circunstâncias, inviável^{26, 27}. Por serem

²⁵ De M. Beatriz Rocha Trindade leiam-se, sobre esta questão, «Sobrevivência e progresso de uma aldeia despovoada», in *Geographica*, n.º 35, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1973, «Structure sociale et familiale d'origine dans l'émigration au Portugal», in *Éthnologie Française*, VII, 3, Centre d'Éthnologie Française, Paris, 1977, e «Comunidades migrantes em situação dipolar», in *Análise Social*, n.º 48, GIS, Lisboa, 1976.

²⁶ Neste sentido se pronunciam quer relatórios genéricos da OCDE sobre a agricultura a tempo parcial (cfr. *L'Agriculture à Temps Partiel dans les Pays de l'OCDE — Rapport Général*, Paris, OCDE, 1978, e «L'Agriculture à temps partiel», in *L'Observateur de l'OCDE*, n.º 92, Paris, OCDE, 1978), quer alguns trabalhos de pesquisa sobre situações concretas deste tipo (por exemplo, Michel Cohou, «La population non agricole au village — différentiation et prolétarisation de la société rurale», in *Études Rurales*, n.º 67, Paris/Haia, Mouton, 1977).

²⁷ A. Brun, Ph. Lacombe e Cl. Laurent chamam ainda a atenção para o facto de que «os investimentos (compras de equipamento ou de terras) são muitas vezes facilitados pela maior solvabilidade dos agricultores a tempo parcial, cuja actividade não agrícola constitui uma boa garantia para os organismos de crédito» («La place des agriculteurs à temps partiel en France», in *Économie et Sociétés*, «Cahiers de l'ISEA», série AG, n.º 10, 1972, p. 1082).

capazes «de se adaptar às estruturas agrárias defeituosas e até de se subtrair à acção das conjunturas desfavoráveis», diz, a propósito, Henrique de Barros, os agricultores a tempo parcial «aparecem aos olhos dos agricultores a tempo pleno como aliados duvidosos, se não até como concorrentes desleais»²⁸.

A lógica do recurso à entreajuda em colectividades onde se torne significativo o peso da agricultura a tempo parcial não pode, por sua vez, deixar de se alterar de forma notória. Em casos-limite, como serão aqueles em que, por virtude do fluxo de rendimentos extra-agrícolas, se procedeu a uma intensa mecanização das explorações, é o próprio recurso à entreajuda que às vezes se torna dispensável; não é de excluir, noutras circunstâncias, a possibilidade de se constituírem circuitos de entreajuda diferenciados em função dos interesses próprios de cada uma daquelas categorias de agricultores; é possível, finalmente, que a «ajuda benévola» entre agricultores, fundada numa racionalidade económica que normalmente se dissimula sob formas e operações simbólicas «desinteressadas», ceda o lugar a práticas sociais cuja eficácia, efectiva e aparente, dependa já sobretudo do cálculo estritamente económico que lhes subjaz: relações de tipo contratual, envolvendo a compra de força de trabalho ou o próprio arrendamento de explorações ou de parcelas, aprofundarão, neste caso, as oposições de interesses que, larvarmente, sempre penetram as sociedades camponesas.

Perante a parcial dissolução das formas tradicionais da entreajuda e de vizinhança e, em geral, de dessacralização generalizada das tarefas agrícolas, erguem-se evidentemente as vozes (ou o seu eco, na pena dos ideólogos) dos que, pela posição que ocupam na estrutura cruzada dos capitais económico e simbólico das colectividades, mais beneficiariam com a manutenção do *statu quo*. É assim que, em texto de inusitada limpidez ideológica, se pode ler no *Notícias de Penafiel*: «Ontem havia alegria, boa disposição e sãs consciências. Hoje há tristeza, má disposição e a imperar o egoísmo. Os serviços da agricultura, por exemplo, eram feitos na mais sã camaradagem, no auxílio mútuo e desinteressado e na mais completa e franca alegria. Deixam saudades as desfolhadas, onde se apreciavam vozes bem timbradas, a denotarem boa saúde e alegria da juventude. A 'arranca e ripagem' do linho. As malhas do milho e centeio, estas com cerimonial e cantos próprios que bem podiam figurar em primeiro lugar no nosso folclore. O respeito e a devoção que havia no toque das ave-marias, em que o trabalho era suspenso, para em respeito se rezar. O respeito que havia pelos domingos e dias santificados. Hoje nada disso existe. Não se respeita o toque das ave-marias, os domingos e dias santificados. Não há alegria. São melhores, não há dúvida, financeiramente, as condições de vida dos povos, mas falta o melhor, que é a alegria e a paz da consciência. Não se canta nos serviços agrícolas, são monótonos e tristes. Não se respeita o toque das ave-marias, os domingos e dias santificados, mas a vida torna-se um fardo mais pesado.»²⁹

Contra, porém, o que subentendem quer o hiperespiritualismo desta denúncia, quer, paradoxalmente, certos avatares teóricos do etnocentrismo

²⁸ Henrique de Barros, *Os Grandes Sistemas de Organização da Economia Agrícola*, Lisboa, Sá da Costa, 1975, p. 236.

²⁹ Francisco Ferreira de Sousa, «Coisas e factos dos muitos que não estão certos», in *Notícias de Penafiel*, n.º 2, ano 5.º, de 26 de Março de 1965.

economicista dos cientistas sociais ³⁰, a penetração de relações de produção capitalistas nos campos, sob a forma, neste caso, de passagem a uma agricultura a tempo parcial e de expulsão pendular de força de trabalho, está longe de esgotar a sua racionalidade *social* na pura lógica de reprodução/acumulação do capital *económico*, como se se processasse num espaço social progressivamente esvaziado da sua dimensão simbólica.

Que esta lhe é consubstancial, mostram-no certas formas de diferenciação do espaço social de vizinhança (impensáveis nas condições de homogeneidade cultural que um *interhabitus* integrado implica) que, através da transformação da estrutura de classe nos campos, estão associadas à penetração daquelas relações. Mesmo quando não envolve uma diferenciação do quadro espacial de residência (e essa possibilidade não é de excluir, em função quer dos específicos constrangimentos naturais da produção agrícola, quer, no caso de certas categorias de migrantes pendulares, da localização das colectividades relativamente às vias de comunicação), a desintegração do espaço social de vizinhança traduz-se, com efeito, por um sem-número de marcas e articulações significantes no plano das relações de sociabilidade: é a valorização socialmente diferenciada dos locais de convívio e dos tempos de ócio; são as rivalidades entre lugares que, através da imputação recíproca de anátemas de ordem moral, elidem quase sistematicamente as oposições de classe que estão na sua base; são a apropriação e rejeição selectivas das festas locais; é o combate, por vezes ostensivamente violento, do vestuário e dos materiais de construção ³¹; são as *nuances* da *hexis* corporal, que, tal como os destinos sociais de cada um, não se improvisam e conduzem a distintas *«presentations of self»* (Erving Goffman).

Vários destes elementos se manifestam no que Guy Barbichon designa por *équívoco simbólico* das relações de sociabilidade envolvendo agricultores *«dépossédés»* (antigos agricultores) e agricultores activos. Enquanto os primeiros «se esforçam por conservar ou reencontrar o maior número possível de formas da sua existência passada», apelando, na «apresentação efectiva ou simbólica da sua personagem social», para «elementos vividos e exibidos como agrícolas», acontece que «os destinatários deste silencioso discurso da identidade», os agricultores activos, lêem nesses mesmos ele-

³⁰ A propósito das consequências desta modalidade de etnocentrismo no trabalho das ciências sociais, em geral, e nos estudos sobre colectividades, em particular, leia-se: Robert Rowland, «O conceito de capital e a antropologia económica: contribuição à crítica do etnocentrismo económico», in *Revista Trimestral de Histórias e Ideias*, n.º 1, Porto, Afrontamento, 1978; Pierre Bourdieu, *Le Sens Pratique*, Paris, Les Éditions de Minuit, 1980, cap. 7; e Henri Mendras, «Un défi à la théorie économique et politique», in Placide Rambaud (org.), *Sociologie Rurale — Recueil de Textes*, Paris/Haia, Mouton, 1976.

³¹ Só quem jamais tenha sido posto perante a «agressão ecológica» a que as casas de emigrantes vão submetendo a paisagem rural portuguesa ou quem não tenha observado, nas aldeias, a hipervalorização de certos elementos das modas urbanas há-de considerar abusivas as ressonâncias bélicas de metáfora.

Ao aludir, no âmbito de uma interpretação global sobre as práticas simbólicas dos emigrantes, ao primeiro tipo de factos, Adriano D. Rodrigues caracteriza-os, de modo adequadamente expressivo, como «ostentação superlativa de inclusão tornada problemática pela exclusão suportada noutro lugar» («La pratique symbolique des travailleurs immigrés», in *Revista de História Económica e Social*, n.º 4, Lisboa, Sá da Costa, 1979, p. 45).

mentos, pelo contrário, as marcas e os valores da vida urbana e industrial³².

Efeito de um processo de desintegração do *interhabitus* que a proximidade física dos agentes e a redundância das situações sociais nestas colectividades tornam especialmente dramático, o equívoco simbólico em causa estende-se, talvez por maioria de razão, à dialéctica de relações entre camponeses parciais e agricultores a tempo pleno.

Muitos factores concorrem, entretanto, para que tal equívoco acabe por revestir, neste caso, uma grande diversidade de formas.

Entre esses factores contam-se desde logo, evidentemente, as características da profissão não agrícola dos camponeses parciais, as quais condicionam, junto dos receptores, a credibilidade mínima das estratégias simbólicas daqueles e, a longo prazo, pela reestruturação de *habitus* a que dão lugar, a própria possibilidade da sua formulação; o mesmo se diga, por outro lado, das exigências específicas que, no plano da entreaajuda, a organização económica da agricultura local impõe aos agricultores a tempo parcial (quanto maiores elas forem, mais elaborado terá de ser o trabalho de manipulação simbólica a que nos estamos referindo); as formas jurídicas de ligação à terra — passadas, presentes e esperadas — constituem, finalmente, outro importante modalizador do mesmo equívoco.

Ora, sempre que tais factores se conjuguem no sentido de extremar a propensão à ruptura dos agricultores a tempo parcial com as suas colectividades, o equívoco simbólico tenderá a desfazer-se para dar lugar à limpidez (como à violência) do confronto entre arbitrários culturais irreduzíveis (forma específica da luta de classes no imaginário social), impondo, no plano teórico, que o clássico pressuposto da homogeneidade cultural das colectividades rurais se torne hipótese de trabalho a especificar e/ou a rever, de cada vez que se proceda à análise de situações sociais concretas.

II

O ESPAÇO SOCIAL DE VIZINHANÇA EM FONTE ARCADEA

1. INTRODUÇÃO

Cronicamente afectada, ao longo da sua história, por intensos fenómenos de repulsão demográfica, Fonte Arcada passou a conhecer, a partir sobretudo do final dos anos 50, importantes migrações pendulares para a região do Grande Porto. Ao fenómeno corresponderam, no plano das estruturas produtivas, a emergência de um significativo sector de agricultura a tempo parcial e, no plano da estrutura de classes da freguesia, através da semiproletarização das famílias camponesas, a de um numeroso grupo de camponeses parciais e mesmo a de um sector social inteiramente desligado das tarefas agrícolas.

³² Guy Barbichon, «Patrimoine et pouvoir symboliques des agriculteurs dépossédés», in *Études Rurales*, n.º 65, Paris/Haia, Mouton, 1977.

O grupo dos camponeses «puros», especialmente envelhecido e com taxas de feminização e analfabetismo muito elevadas, mantém, mesmo assim, em termos estatísticos, uma certa notoriedade (em 1978 ainda correspondia a 478 indivíduos, cerca de um terço dos efectivos populacionais da freguesia), pelo que não deixam de causar alguma perplexidade a intensidade e o âmbito de transformações recentemente ocorridas ao nível das manifestações simbólico-ideológicas locais, nomeadamente no domínio dos comportamentos eleitorais.

Uma análise da estrutura social da freguesia que, deixando de contemplar apenas a situação de classe dos agentes individualmente considerados, tenha em conta o sistema local de situações de *família de classe* contribui decisivamente para esclarecer tão significativa «elasticidade ideológica». Conclui-se, de facto, a partir dela, que é elevado o número de indivíduos, classificados como camponeses, que se encontram enquadrados em famílias de campesinato parcial e mesmo não camponesas (328), compreendendo-se por isso que seja também muito alta a probabilidade de aí se verificar um processo de delegação intrafamiliar de poder simbólico, reforçado por mecanismos homólogos de circulação de sentido no *espaço social de vizinhança*, cujos destinatários sejam portadores de *habitus* de classe tendencialmente divorciados dos sistemas de disposições e operadores prático-simbólicos tradicionais do campesinato.

Esta é, porém, uma questão que só no ponto 3 poderemos abordar com suficiente profundidade. Em coerência com as hipóteses avançadas na parte I, impor-se-á, nesta altura, chamar a atenção para algumas características das estruturas produtivas locais, nomeadamente para as que se relacionam com os processos de trabalho e o sistema de entreaajuda na agricultura.

2. ESTRUTURAS PRODUTIVAS, TRABALHO, ENTREAJUDA

Só o recurso a formas de agricultura a tempo parcial tem permitido manter os traços essenciais da paisagem e do potencial agrícolas de Fonte Arcada. E, assim, se é verdade que se tem assistido a um declínio do número de explorações razoavelmente dimensionadas (para as quais se reservava na terminologia local a designação de *quintas*), não será (ainda?) significativa a extensão de terras votadas ao abandono³³. O olhar experimentado dos mais velhos agricultores da freguesia assinalará, é certo, o «pouco cuidado» com que boa parte das terras é trabalhada, mas tem de se reconhecer que a disseminação do arrendamento em pequeníssimas parcelas, mesmo quando elas não são objecto de trabalho intensivo senão no fim de semana, tem permitido a manutenção de níveis de produção que, para além do pagamento das rendas estipuladas, asseguram, no mínimo, parte importante da subsistência alimentar das famílias autóctones e até, nalguns casos, um regular escoamento de produção para os mercados local ou regional.

Quer se polarize em torno de rendeiros «a tempo parcial», quer em torno de pequenos agricultores-proprietários que igualmente desenvolvem

³³ Perante a escassez de candidatos a rendeiros a tempo integral, certas exigências dos proprietários locais no estabelecimento de contratos de arrendamento podem, porém, levar conjunturalmente a esse abandono

a sua actividade principal em processos de trabalho extra-agrícolas, o que não pode pôr-se em dúvida é que um tal sistema de organização económica da agricultura está associado a processos de trabalho, a sistemas de culturas, a produções e ainda a formas de inserção na esfera da circulação mercantil com características particulares.

«Aos sábados ninguém vê os homens nos cafés» — era assim que um jovem de Fonte Arcada, assalariado no Porto, comentava indirectamente um dos traços mais salientes desta agricultura a tempo parcial. Mas, se não é de mais chamar a atenção para o penoso dispêndio de energia a que os agricultores de fim-de-semana são submetidos nos tempos de ócio que o sistema económico «oficial» lhes concede, não pode ignorar-se a sobrecarga de trabalho que, pela mesma razão, incide sobre os membros do agregado doméstico que permanecem na colectividade: mulheres, velhos e crianças (estas «estimuladas», quantas vezes, com alguns dedos de bagaço) são os personagens principais do trabalho rotineiro, mas ainda assim bem pesado, da agricultura local.

A maquinaria agrícola, que aqui começou a surgir com alguma notoriedade ao longo da década de 60, isto é, precisamente durante o período de intensificação das migrações pendulares locais, desempenha um papel de certa importância na manutenção dos equilíbrios económicos exigidos por este sistema de agricultura. Certos esquemas de empréstimo ou, frequentemente, de aluguer de máquinas substituem, na quase totalidade dos casos, possíveis formas de associativismo a este nível. Segundo observadores insuspeitos, a maquinaria da «cooperativa» que se organizou na sequência da liquidação dos grémios da lavoura em nada tem servido os rendeiros ou pequenos proprietários da freguesia.

A incidência de capital técnico nesta agricultura a tempo parcial pode igualmente avaliar-se pelo modo como aqui se recorre à adubação. O ponto de vista de um velho agricultor de Fonte Arcada sobre a questão, reflectindo embora o ressentimento de classe associado a uma trajectória social de declínio, assim como a lógica e a ética camponesas de relacionamento com a terra (pelas quais o trabalho tende a ser valorizado em si mesmo, independentemente da função e da eficácia propriamente económicas de que se reveste³⁴, não deixa de assinalar uma característica objectiva dos processos de trabalho dominantes na agricultura local; segundo ele, os adubos tendem a ter, cada vez mais, um papel semelhante ao das vitaminas nas crianças de hoje: «puxam muito pelas terras» (que a eles, de resto, se vão acostumando), «mas não é a mesma coisa», enquanto o mato, muito usado antigamente para fazer estrume, vai crescendo nas bouças, sem que ninguém se preocupe em o aproveitar.

A entreaajuda nos trabalhos agrícolas, que, noutros tempos, assumia aqui carácter eminentemente festivo, pelo menos em certas épocas do ano, tem, enquanto tal, decaído notoriamente («os rapazes antes querem o café», diz, a propósito, uma anciã de Fonte Arcada). São muitas as famílias de campesinato parcial que, mesmo na altura das vindimas ou das desfolhadas, não recorrem a trabalho de favor nem, por conseguinte, o prestam a terceiros. Noutros casos, a troca processa-se sem envolver os chefes de família e alguns há, finalmente, que, impossibilitados de «dar a troca», se vêem obrigados a pagar algumas jornas para não perderem a produção.

³⁴ Sobre esta questão, que Pierre Bourdieu analisa no contexto mais geral da troca de dons, leia-se, do autor, *Le Sens Pratique*, cap. citado

Difícilmente se concebe, porém, que um sistema de organização da produção agrícola com as características já descritas possa prescindir de certos esquemas de «troca de favor» entre parentes e vizinhos. Embora destituídos do complexo trabalho de dissimulação recíproca dos interesses propriamente económicos em jogo, característico da entreaajuda tradicional, e também dos rituais festivos que, noutros tempos, acompanhavam e consagravam alguns dos seus momentos fortes, mas envolvendo, como aquela, minuciosa contabilidade tácita em espécie e em trabalho, são desse tipo os pequenos contratos segundo os quais, por exemplo, o empréstimo de uma junta de bois ou de uma máquina para a realização de certas tarefas se retribui com trabalho fornecido pelos membros da família beneficiada, ou a engorda e o tratamento de uma cria dão direito a pedir «uma mão» ao seu proprietário, sempre que necessário.

São, pois, as relações de sociabilidade entre membros das famílias de campesinato parcial que mais se adensam por força deste dessacralizado e rotinizado sistema de ajuda recíproca, dele sendo, por outro lado, excluídas, em princípio, por larga incompatibilidade com a lógica económica das respectivas explorações, as famílias camponesas em sentido estrito, cuja sobrevivência depende inteiramente da produção agrícola e do trabalho, tendencialmente «a tempo pleno», de todos os seus membros. Os mecanismos de integração social fundados na entreaajuda verão, portanto, grande parte da sua eficácia limitada a um sector da colectividade (aliás, maioritário), não sendo, além disso, de excluir que, através deles, se reforcem, reflexamente, determinadas formas de isolamento social impostas e auto-assumidas por certas fracções do campesinato local. Por isso é que, quando adiante viermos a caracterizar algumas modalidades de luta e de conciliação de classes no plano da produção, circulação e recepção de sentido, convirá ter presentes as considerações que acabámos de formular.

As desfolhadas e as vindimas, com boa parte da ritualização simultaneamente transgressora e integradora de outros tempos e com formas de divisão de trabalho que pouco se afastam também dos padrões tradicionais, ainda não morreram em Fonte Arcada e são várias as famílias de campesinato parcial que na sua organização muito investem, material e simbolicamente. Bastará, porém, que se atente no modo como o recrutamento das ajudas tende a ser concretizado (incidindo cada vez mais sobre vizinhos que não façam terras, para assim se evitar a retribuição), ou nos dias em que as desfolhadas e vindimas se realizam (sempre aos fins-de-semana, para não se faltar aos empregos), ou ainda nas conversas predominantes (em que, a partir de qualquer pretexto temático de ressonância local, rapidamente se invocam experiências da vida e do trabalho na cidade), bastará que se atente em pormenores como estes, dizíamos, para perceber que os sons da viola e do acordeão que às vezes ainda animam a pisa das uvas ou o desfolhar das maçarocas deixarão paulatinamente de estar presentes nos trabalhos campestres para recolherem ao mundo íntimo e envergonhado dos velhos camponeses ou, com outras melodias, ao baile estridente dos estudantes ou jovens operários da freguesia.

Tratando-se de uma actividade que, para boa parte dos agentes nela envolvidos, é exercida a título meramente complementar, segundo uma lógica económica que privilegia de forma clara o autoconsumo, não admira que, em muito se afastando já do modelo tradicional de policultura intensiva e altamente integrada de Entre Douro e Minho, a agricultura

local igualmente desconheça quaisquer formas de nítida especialização cultural.

Se, em muitas explorações, é ainda à produção de vinho e de milho que grande parte da força de trabalho familiar disponível é aplicada, raras serão as que descuidam a obtenção de uma variada gama de legumes e cada vez mais aquelas que investem na criação de gado para abate. Produções com um ciclo de trabalho muito exigente, que, como é o caso do linho, aqui tiveram, noutros tempos, alguma relevância, estão condenadas a não sobreviver senão na memória dos velhos, pois que a própria indústria artesanal de tecelagem que ainda se mantém recorre a linho criado e tratado noutras regiões. Igualmente se perdeu, como é óbvio, a valorização simbólica tradicionalmente associada ao produto.

Só os grandes proprietários comercializam parte importante do vinho produzido através da adega cooperativa vizinha. Destinam-no, por seu turno, os pequenos produtores, para além do que é exigido pelo pagamento de rendas, ao consumo próprio do agregado e, por vezes, à venda, em pequenas quantidades, a armazenistas, retalhistas ou mesmo aos senhorios. O milho, só em parte escoado para o ex-grémio da lavoura, é no restante autoconsumido, após transformação pelos moleiros da freguesia.

A especialização de uma quinta na produção de fruta e a organização de uma vacaria onde se criavam algumas dezenas de rezes, duas iniciativas locais viradas obivamente para a venda do mercado, constituem experiências algumas vezes invocadas por camponeses parciais que gostariam de o ser a tempo inteiro ou por rendeiros com «instinto empresarial». Só que — são eles próprios que o reconhecem — não basta ter «paixão pela lavoura» para nela se poder progredir; seria necessário adquirir terras, e a isso se opõem quer os proprietários locais (que preferirão ter uma quinta a monte a vendê-la), quer a opacidade e as exigências do mercado de crédito; os preços praticados nos mercados dos produtos agrícolas estão, por outro lado, muito longe de remunerar condignamente os encargos suportados por explorações agrícolas com um mínimo de organização e dimensão económica. Se os problemas com a aquisição da terra e do crédito fossem resolvidos, a solução poderia encontrar-se, apesar de tudo, no quadro de explorações familiares bem organizadas, já que os salários actualmente praticados na agricultura são proibitivos — mas os filhos, quem os segura? ³⁵

3. RELAÇÕES DE VIZINHANÇA E OPOSIÇÕES DE CLASSE

Apesar da notória dispersão geográfica entre lugares de residência no interior da freguesia — facto que ainda hoje se mantém, para desespero dos que não se conformam com «viver entre pinheiros» —, Fonte Arcada

³⁵ Entre os processos simbólicos que reforçam este desencanto racionalizado pelo futuro da agricultura conta-se o que, no âmbito de certas famílias de camponato parcial, tende a fazer daquela uma actividade inacessível às novas gerações, por falta dos conhecimentos indispensáveis (que a escola está, evidentemente, longe de estimular). Não são só os jovens que recusam o estatuto de trabalhador da terra, distanciando-se com alguma ironia de todas as servidões de agricultor. São, por vezes, os próprios pais que induzem esse efeito, repetindo com uma amargura que a eles próprios se dirige, mas que paralelamente não deixa de produzir um efeito dissuasor junto das novas gerações: «Vós não sabeis nada.»

era, algumas décadas atrás, uma colectividade de interconhecimento, para tal contribuindo, por certo decisivamente, o isolamento físico e social que então a caracterizava. O modo como, ainda hoje, os habitantes mais idosos da freguesia identificam, a partir de um pequeno número de reminiscências compartilhadas, personagens, episódios e mesmo certas dinâmicas sociais do passado faz crer, com efeito, que fossem «psicologicamente», mesmo que não fisicamente, muito densas e dotadas de grande visibilidade recíproca as relações de sociabilidade no espaço de vizinhança local.

Os mecanismos de controlo social impunham, nestas condições, fortes constrangimentos, não admirando que as memórias ainda retenham, com exemplar fidelidade, os raros momentos — tais como um homicídio e um enforcamento ocorridos nas primeiras décadas do século — que mais dramaticamente os puseram em causa.

Não podendo abordar aqui o problema do conformismo religioso — outro indicador precioso do grau de integração normativa na freguesia —, vale a pena fazer uma referência ao modo como o namoro se desenrolava, já que são expressivas as manifestações do estreito controlo que sobre o mesmo se exercia: desde o passeio com «cada namorado em sua berma da estrada», com que ainda hoje os mais jovens ironizam, até à construção, pelo pretendente, de bancos de lousa defronte da porta da namorada, onde depois ambos conversavam a céu aberto, vários eram, de facto, os expedientes adoptados para manter acima de quaisquer suspeitas ou censuras colectivas toda a fase da aproximação pré-matrimonial.

Já se chamou a atenção para a necessidade de não confundir, a propósito da dinâmica social característica das colectividades rurais, o ajustamento recíproco de *habitus* de classe (ou seja, a existência de um *interhabitus* de classe integrado) com a inexistência nas mesmas de hierarquias e oposições de classe. Se não bastassem, para confirmar a justeza da observação, os elementos anteriormente fornecidos sobre a estrutura social da freguesia, não ficávamos impossibilitados de a demonstrar com argumentos adicionais.

Três cancelas dando passagem aos caminhos necessários para alcançar directamente os lugares mais recônditos da freguesia constituem uma marca bem impressiva da rígida hierarquização social da colectividade: noutros tempos, só alguns senhores compartilhavam com o mais importante proprietário da zona a que cada uma das cancelas dava acesso a chave indispensável para a abrir, restando aos menos privilegiados habitantes da terra a possibilidade de atingirem os seus destinos por ínvios e bem mais demorados atalhos.

A alteração da relação de forças entre as classes sociais da freguesia foi impondo ao longo do tempo a derrogação do privilégio, embora, depois do 25 de Abril, a exacerbação de certos conflitos sociais tenha levado o dono de uma das cancelas a fechá-la de novo, tentando que ninguém por lá passasse. Só que, nessa altura, o interesse da maioria da população encontrou eco junto dos representantes regionais do fugaz poder político e militar da época e a porta foi escancarada às ordens dos oficiais do Movimento das Forças Armadas.

Curiosamente, apenas se mantém da antiga prerrogativa o poder de impedir que através das cancelas passem os funerais. É que autorizá-lo equivaleria a transferir ostensivamente para a colectividade um direito cuja tácita cedência intermitente «por favor» tem, apesar de tudo, como contrapartida a obtenção de um crédito simbólico individualizado.

Era, porém, em torno da relação de arrendamento, com todas as servidões económicas e ideológicas a que dava lugar, que se configuravam as mais brutais desigualdades sociais na freguesia.

Quando o mecanismo das migrações pendulares não permitia ainda o escoamento regular do excedente de força de trabalho local, era grande e permanente a pressão da procura de emprego por parte de jornaleiros e criados de lavoura sobre os proprietários mais abastados. Mas conseguir arrendar uma terra, que aqui não podia ter como objectivo realista mais do que a obtenção, com um mínimo de estabilidade, da subsistência alimentar de um agregado familiar, era empresa particularmente morosa e contingente, dando lugar à mobilização de toda a espécie de «empenhos» por parte dos candidatos.

Compreende-se qual a natureza de contratos de arrendamento celebrados nas condições locais de quase monopolização da terra arrendável por um número restrito de proprietários absentistas, quando, além disso, as condições políticas globais da sociedade portuguesa não permitiam inflectir, ao nível local, a flagrante desigualdade «natural» da relação de forças entre senhoriais e caseiros: os contratos escritos, a existirem, seriam excepcionais; as rendas, pagas por princípio em espécie, ascendiam, em grande parte das culturas, a dois terços da produção; nenhum mecanismo legal consistente salvaguardava os caseiros contra despedimentos intempestivos e arbitrários; multiplicavam-se com frequência as cláusulas orais obrigando à prestação de serviços, que assim se acrescentavam ao pagamento das rendas. Em anos maus chegava a ser preciso tirar à boca para comprar o indispensável ao pagamento das rendas fixas e as inovações de iniciativa dos caseiros quanto ao sistema de culturas acabavam por reverter sempre em benefício dos senhoriais.

O estabelecimento de contratos de arrendamento que, como estes, não seria excessivo definir como usurários³⁶ prolongava-se, no plano das trocas simbólicas, através de relações não menos inigualitárias e, por isso, também não isentas de tensões.

Anos duros, pois, para a grande maioria dos caseiros, e, no entanto, da boca dos que ainda vivem não raro se ouve, a par da descrição minuciosa dos maus momentos passados, a genérica glorificação da vida de outros tempos. Não são só os episódios festivos ligados às tarefas comuns das fases fortes do ciclo produtivo anual que mais contribuem para uma rememoração saudosista do passado: por tudo e por nada, contam os mais velhos, se armava uma festa e os bailaricos chegavam a fazer-se à vinda do trabalho, no meio dos caminhos; o brilho de que, por outro lado, se revestiam as grandes cerimónias religiosas — são eles também que o garantem — não tem qualquer paralelo nas que ainda hoje perduram.

Se recordarmos o comentário congénere do *Notícias de Penaafiel* anteriormente reproduzido, verificaremos que o discurso dos dominados recobre, neste ponto, o dos porta-vozes dos dominantes, não chegando o facto a ser paradoxal, pela razão simples de que, embora situados em pólos

³⁶ Segundo o artigo 282.º do Código Civil, um negócio jurídico é considerado usurário «quando alguém, aproveitando conscientemente a situação de necessidade, in experiência, dependência ou deficiência psíquica de outrem, obteve deste, para si ou para terceiro, a promessa ou concessão de benefícios manifestamente excessivos ou injustificados.»

opostos da estrutura de situações de classe, ambos representam um estado dessa estrutura, cuja reprodução está hoje visivelmente comprometida. Membros de classes sociais em declínio objectivo, por força, num caso, de uma desvalorização da propriedade da terra na hierarquia regional e local dos bens de capital económico e simbólico³⁷ e, no outro, da impossibilidade de assegurar, nas condições económicas da freguesia, a subsistência dos respectivos grupos domésticos, sem passar pela proletarianização de alguns dos seus membros, dominantes e dominados têm em comum, na relação de arrendamento tradicional, a experiência difusa (que, mesmo assim, se traduz em várias componentes dos respectivos *habitus* de classe) de uma trajectória social descendente ou mesmo evanescente. Por isso é que, como diz Pierre Bourdieu, «contrariamente aos indivíduos ou grupos em ascensão [...], os indivíduos ou os grupos em declínio reinventam eternamente o discurso de todas as nobrezas, a fé essencialista na eternidade das naturezas, a celebração do passado e da tradição, o culto integrista da história e dos seus rituais, pois não podem esperar do futuro senão o retorno da antiga ordem, da qual esperam a restauração do seu ser social»³⁸.

A crise dos mecanismos reguladores do mercado de força de trabalho na agricultura, que, em Fonte Arcada, não deixou de se traduzir pela expulsão, ao longo do nosso século, de largas centenas de indivíduos em idade activa, repercutiu-se, evidentemente, no estado da luta económica opondo senhorios e rendeiros.

Mas, mesmo quando, após o 25 de Abril, a conjuntura político-social parecia, finalmente, favorável ao pólo mais fraco desta relação, a capacidade reivindicativa global dos caseiros veio a revelar-se bastante limitada. Com efeito, apesar de, relativamente a alguns produtos, o regime de «meias» ter substituído o de «terças» — algumas vezes, aliás, por iniciativa dos próprios senhorios, que assim conseguiam amortecer outras reivindicações dos seus caseiros —, poucos contratos terão sido passados a escrito, como era exigência da legislação em vigor, continuando, além disso, as rendas a ser pagas em espécie, contra também o que na lei se dispunha. A estrutura organizativa que na altura congregou com alguma eficácia os rendeiros da região — o MARN — não obteve aqui qualquer implantação e os poucos mais inconformistas que deixaram de pagar rendas, invocando o recíproco não cumprimento da lei por parte dos senhorios, foram objecto de generalizada marginalização na freguesia. A censura chega a vir de rendeiros que, no entanto, não poupam, com críticas por vezes radicais, os senhorios relapsos: segundo eles — e a observação,

³⁷ Provavelmente só a reconversão da agricultura local em moldes capitalistas poderia ter atenuado a desvalorização da propriedade da terra na primeira daquelas hierarquias. A grande concentração dos títulos escolares mais prestigiados (porque mais raros) no grupo dos proprietários absentistas tem evitado, por outro lado — mesmo assim, provisoriamente —, que o declínio da propriedade na escala dos bens de capital simbólico seja mais drástico. A tese de A. Sedas Nunes, segundo a qual certas estratégias de defesa/conversão de «posições 'tradicionais' superiores mais ou menos ameaçadas de declínio» terão motivado, no período que se estende de 1940-41 a 1963-64, um incremento significativo da procura de títulos universitários por parte dos membros das categorias sociais dominantes nos campos, confirma, noutro nível de generalidade, o nosso ponto de vista (cfr., do autor, «A universidade no sistema social português — uma primeira abordagem», in *Análise Social*, n.º 32, Lisboa, GIS, 1970, p. 702).

³⁸ Pierre Bourdieu, *La Distinction*, Paris, Les Éditions de Minuit, 1979, p. 124.

dando conta, por um lado, dos limites da «consciência possível» desta fracção de classe, não deixa, por outro, de ser elucidativa acerca do modo como, no imaginário do campesinato, o Estado pode surgir desarticulado e sobreposto à dinâmica de classes nos campos —, a situação é injusta para o senhorio, já que, competindo-lhe pagar a décima ao Estado, disso pelo menos deveria ser reembolsado pelo caseiro.

Se, para compreender esta falta de mobilização, não podem deixar de se ter em conta os complexos mecanismos de dependência associados à relação senhorial, é inegável também que a semiproletarização «equilibrada» de muitas famílias ligadas ao trabalho da terra — compensadora do ponto de vista financeiro — actuou no mesmo sentido. O mecanismo das migrações pendulares, permitindo evitar o êxodo definitivo de muitos activos e simultaneamente alargar um exército agrícola de recurso pouco exigente, terá perpetuado, assim, embora a níveis de produtividade da terra baixos, o estabelecimento de contratos de arrendamento que, embora ainda onerosos para os rendeiros, suscitam da parte destes, por referência a situações passadas, comentários por vezes bem optimistas: «Hoje todo o mundo se safa.»

Os tempos são outros, de facto, mas não apenas, seguramente, por se ter alterado de modo substancial o regime de arrendamento da terra.

Se da configuração actual deste poderemos dizer, com M. Gervais, M. Jollivet e Y. Tavernier, que é um exemplo da «evolução regressiva interna» a que o capitalismo submete as estruturas da produção agrícola, «sem as pôr globalmente em questão», outros sintomas poderemos encontrar revelando, no plano já das relações de sociabilidade da freguesia, o modo como nas colectividades rurais «o novo se introduz [*se glisse*] no antigo, conservando-o e destruindo-o ao mesmo tempo»³⁹.

Para dar conta da interpenetração da «tradição» e da «modernidade» nas povoações da região, dificilmente se poderia encontrar depoimento mais límpido (relativamente aos factos que relata e aos possíveis lugares sociais de onde é emitido) do que o que pode ler-se no *Notícias de Penafiel* de 10 de Outubro de 1969: «Gostava da aldeia, adorava-a. Hoje não. De dia para dia ela se vai sofisticando, vai deixando de ser aldeia. Para ser cidade? Não. Antes fosse. Nem cidade, nem aldeia: uma mentira [...] Onde a aldeia que conserva a raiz tradicional do traje? Acredito que exista. Muito a custo, porém. Aqui por terras de Penafiel tudo se desmantelou. Uma pena... E a linguagem? Eis o 'nó górdio' da questão. A rádio e a TV encarregaram-se, a par de inúmeros benefícios, de meter na pele dos aldeões a doença do urbanismo. A linguagem popular, de termos riquíssimos e com uma filosofia tão característica [...] deu lugar a uma mescla que não é nem erudita nem popular.»⁴⁰

Nem, evidentemente, a linguagem é o «nó górdio» da questão, nem a rádio e a TV são os agentes decisivos na penetração do «urbanismo». Por outras palavras: se «tudo se desmantelou» em terras de Penafiel — e aceitemos que o «desmantelamento» passa, de facto, além do mais, no que diz respeito à esfera da produção de sentido, pelo vestuário, pela

³⁹ Michel Gervais, Marcel Jollivet e Yves Tavernier, *La Fin de la France Paysanne*, in G. Duby e A. Wallon (orgs.), *Histoire de la France Rurale*, Seuil, 1976, p. 386.

⁴⁰ Sousa Alves, «Luz e contraluz», in *Notícias de Penafiel*, n.º 21, ano 9.º, de 10 de Outubro de 1969.

linguagem e pela própria morfologia das aldeias —, tal se deve, em última análise, como sabemos, ao processo exogenamente comandado de transformação global da estrutura de situações de classe e dos sistemas de *habitus* que localmente lhe estão associados. O papel dos meios de comunicação de massa e, de um modo geral, as funções de produção e inculcação de sentido, bem como, por outro lado, a capacidade socialmente diferenciada de recepção/resistência às mensagens que naquelas se emitem, só a partir dos traços gerais daquela transformação devem, por isso, ser encarados.

Transformação da estrutura de classes não significa, entretanto, nem dissolução de todos os lugares de classe anteriormente existentes (embora signifique sempre alteração da posição relativa destes na referida estrutura), nem, por outro lado, se deve confundir com extensão uniforme, em todos os pontos do espaço geográfico, de um mesmo padrão de hierarquias sociais.

A primeira questão terá ficado devidamente esclarecida quando, após termos assinalado a importância do processo de proletarianização em Fonte Arcada, não deixámos de insistir no peso estatístico que o campesinato e, menos notoriamente, as *famílias camponesas* continuam a assumir na organização social da freguesia.

Com a segunda observação pretende-se, por outro lado, chamar a atenção para o facto de, indiscutivelmente adequada ao nível de especificação em que este trabalho se tem situado, a tese da semiproletarianização generalizada das famílias camponesas de Fonte Arcada não dever obnubilar a circunstância de nem todos os lugares de residência da freguesia — bastante dispersos do ponto de vista físico e com densidades populacionais muito desiguais — terem sido *simultânea e homogeneamente* afectados pelo fenómeno. E, se faz algum sentido falar, a propósito da colectividade na sua globalidade, em desestruturação do espaço de vizinhança, com todas as suas consequências em termos de desintegração do *interhabitus* e de criação de opacidades e conflitos no plano das relações de sociabilidade, não deve ignorar-se que a mesma desintegração pode conduzir à criação de *subespaços* de vizinhança que, mantendo embora internamente as principais características das colectividades de interconhecimento, entre as quais justamente a tendência para a integração de conflitos, se encontrem muito distanciados entre si, não só geograficamente, como sobretudo do ponto de vista social.

Quando, a uma das zonas mais centrais de Fonte Arcada (e a «centralidade» afere-se aqui quer pela efectiva localização geográfica da zona, quer pela densidade de relações de sociabilidade que a caracterizam⁴¹), os habitantes da terra chamam «Berlim», assumindo jocosamente a existência de um muro imaginário que divide e opõe, algo maniqueisticamente, duas zonas da freguesia⁴², estamos perante um dos sintomas mais evidentes

⁴¹ Trata-se, *grosso modo*, do lugar de Quintela, confinante com a principal estrada que atravessa a freguesia e muito próximo de centros de convívio importantes, como a igreja e um dos cafés, onde se localizam ainda os edifícios da escola e da Junta de Freguesia.

⁴² Como se compreende, quer a iniciativa de designação, quer o seu uso mais explicitamente politizado (condição indispensável para, no caso, a produção de humor ser plenamente conseguida), não podem deixar de estar associados aos grupos sociais com maior acesso aos bens da cultura política dominante. Não é esse, em princípio, o caso dos velhos camponeses, que, portanto, quando não são deliberadamente poupados ao gracejo, só por razões fáticas a ele aderem.

do modo como o processo de objectiva desintegração social da freguesia foi interiorizado e é reforçado através dos mecanismos de produção simbólica. Se repararmos, entretanto, na composição social, por famílias de classe, de Anho Bom, lugar cuja «esfera de influência» confina com um dos lados do «muro», verificando que, de um total de 71 famílias que lá residem, só 5 se podem considerar de campesinato puro, e que nele se concentra, por outro lado, um terço das famílias de proletariado industrial da freguesia e bastante mais de metade das de proletariado agrícola, começará a perceber-se que aos seus habitantes sejam imputadas pelos conterrâneos, com alguma insistência, intrínsecas perversões e grande propensão para comportamentos «marginais». Para um operário-camponês de Vales, na periferia de Fonte Arcada, onde a proporção de famílias camponesas é ainda muito elevada, completando com as de campesinato parcial o total das que lá existem, o próprio café que serve directamente o lugar de Anho Bom é, por oposição ao que fica do lado de cá do «muro» (esse, naturalmente, «o melhor»), o «café da canalhada».

Poderia admitir-se que a especificidade do modo de vida predominante em Anho Bom, facto que por certo estará na base do anátema que globalmente é dirigido ao lugar, teria origem não só na elevada densidade de famílias proletarizadas e semiproletarizadas que hoje o caracteriza — esse é, apesar de tudo, um traço comum a outras zonas da freguesia —, mas sobretudo na maior *antiguidade* do próprio fenómeno de assalariamento em processos de trabalho exteriores à agricultura e à colectividade, a qual, portanto, haveria de induzir aqui uma desestruturação dos *habitus* de classe associados à condição camponesa mais duradoura e drástica do que noutras zonas. A reconstituição comparativa das trajectórias profissionais dos agentes que nas décadas de 40 e 50 já exerciam uma actividade económica não revela, entretanto, a este respeito diferenças significativas, quando, por exemplo, se confrontam o próprio Anho Bom e Preisal, outro lugar onde é elevada a incidência da proletarianização. Nem a percentagem de assalariados da indústria e dos serviços em Anho Bom era, no final dos anos 40, superior à que se registava em Preisal, nem, por outro lado, durante os 10 anos seguintes o fenómeno se intensificou aí de forma particular. O ponto em que as trajectórias sociais das duas populações mais claramente se distinguem diz respeito à importância numérica do proletariado agrícola: enquanto em Preisal, no final da década de 50, são apenas 3 os assalariados agrícolas que lá residem, já em Anho Bom esse número é francamente mais dilatado. Estará na persistência do grupo de assalariados agrícolas do lugar de Anho Bom a razão da especificidade (objectiva e/ou imputada) do seu modo de vida? Ou será que, mais simplesmente, a própria dimensão e configuração ecológica do lugar — trata-se do maior aglomerado de residências da freguesia e dentro dos seus limites escasseia o terreno de cultura — tendem a diluir a visibilidade social das marcas físicas ligadas à condição camponesa e associadas, no imaginário colectivo, à morigeração de costumes e às virtudes da tradição?

Mas o processo de segmentação do espaço de vizinhança incide sobre a própria maneira como são avaliadas na colectividade quer a intensidade da proletarianização e das migrações pendulares nela originadas, quer a consequente relação dos autóctones com os processos de trabalho na agricultura. Assim, enquanto, para alguns jovens alunos da escola primária, motivados a escrever sobre «as pessoas da minha aldeia», os homens de

Fonte Arcada «quase todos trabalham na terra», e mesmo «todos os dias vão trabalhar no campo com bois», são de sentido rigorosamente inverso, desembocando em afirmações como «hoje em dia, toda a gente trabalha no Porto», outras generalizações correntes da sociologia espontânea local.

Não é indispensável, contudo, que as oposições de classe se prolonguem e reforcem através de sensíveis descontinuidades geográficas, para claramente se manifestarem os seus efeitos no plano das relações de sociabilidade e, em geral, das manifestações de sentido da colectividade, sob a forma da «mescla» a que se referia o comentador do *Notícias de Penafiel*.

Na óptica de várias crianças da escola primária, para quem, nas suas redacções sobre a colectividade, as referidas oposições são transpostas em termos de distinção entre «ricos», «pobres» e, eventualmente, «nem ricos nem pobres», ou entre «bons e religiosos» e «maus», a persistência de tipos bem diferenciados de habitações na freguesia é o sintoma mais vezes assinalado daquele «mescla»⁴³: sendo várias as que referem o persistente esforço de modernização das velhas casas aqui existentes — o qual, de resto, não pode escapar ao observador mais desprevenido de certos lugares da freguesia, tão complexa é a conjugação de materiais, formas e cores a que dá lugar —, insistem outras em assinalar, aliás com alguma preocupação, a existência de muitas casas que continuam pobremente cobertas de colmo.

Não é difícil aceitar que o esforço de renovação das habitações locais pertença sobretudo a famílias de campesinato parcial, embora igualmente tenha de reconhecer-se que a intensidade e a qualidade do mesmo dependam do tipo de ligação que o agregado continua a manter com o trabalho na agricultura. Produto de transformação das disposições e das exigências de conforto que o reiterado contacto de alguns membros de tais famílias com os meios urbanos necessariamente induz, a preocupação quase obscura em investir nas habitações revela ainda, tal como em certa medida acontece com as construções de emigrantes, a tentativa de assinalar publicamente uma reconversão profissional bem sucedida (que, no entanto, não pôs em causa a integração na colectividade) e uma trajectória social futura vivida antecipadamente com optimismo. Nas casas das famílias de campesinato parcial e, por maioria de razão, nas da pequena burguesia e do proletariado industrial locais, o espaço interior destinado às visitas e ao convívio, que no *habitat* camponês tradicional era ainda, quase sempre, o prolongamento da exploração agrícola⁴⁴, tende a autonomizar-se, para acolher, em moldes que cada vez menos se distinguem dos padrões estéticos e de consumo das casas das classes populares urbanas, os objectos-símbolos do progresso e da cidade: móveis acintosamente envernizados e de linhas «funcionais», quadros de cores garridas emoldurados por

⁴³ Sobre a importância que a habitação assume no modo de estruturação imaginária do espaço aldeão revelado em desenhos de crianças rurais leia-se, de Guy Barbichon, «Espace villageois, espace urbain dans l'imagerie enfantine — analyse de dessins d'enfants», in *Revue Française de Sociologie*, XVI, Paris, 1975.

⁴⁴ Tal circunstância criava nalguns casos a necessidade de preservação de um outro espaço, destinado a receber em ocasiões especiais visitas que o não eram menos. Trata-se de salas em que, como diz E. Veiga de Oliveira, «se concentram os elementos de luxo, com funções sobretudo cerimoniais relacionadas com festas importantes, a visita pascal e a velada fúnebre» («Casas», in Joel Serrão (org.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. I, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1965, p. 519).

barroquismos de toda a espécie, de onde os temas religiosos, à excepção da *Ceia de Cristo*, vão sendo totalmente banidos, rádio, televisão e mesmo — e essas são marcas materiais por excelência de uma fruição estética personalizada que só os jovens mais escolarizados e familiarizados com os hábitos homólogos de sede urbana estão em condições de reivindicar — *pick-up* e gravador de *cassettes*.

Para os mais velhos, quase sempre antigos camponeses ou assalariados agrícolas que vivem justamente nas mais modestas casas da freguesia, os padrões de investimento e de consumo que as casas novas ou recuperadas patenteiam são motivo de alguma crítica. Para perceber tal animosidade, deve ter-se em conta o processo pelo qual a *necessidade* de poupar estoicamente e de trabalhar de sol a sol, sem praticamente conhecer períodos de ócio, necessidade essa imposta pela globalidade de condicionamentos objectivos ligados à situação de classe dos antigos produtores directos da agricultura local, se transfigurou no imaginário destes em *virtude* suprema, por força quer do efeito de inculcação implícito na própria trajectória de declínio do grupo, quer do trabalho da racionalização especulativa a que sobretudo o discurso religioso submete a temática da condição dos «homens do campo». Perante os actuais hábitos de consumo e padrões de repartição e fruição do tempo das famílias proletarizadas e semiproletarizadas, aos quais não é alheia a própria mecanização do trabalho agrícola e do equipamento doméstico, os critérios de percepção e de avaliação accionados pelos velhos camponeses e jornaleiros não podem, pois, deixar de desembocar, muitas vezes, em juízos francamente negativos sobre o generalizado relaxismo consumista dos conterrâneos (que o interior e o exterior das casas obviamente ostentam) e sobre a inveterada preguiça das mulheres ainda ligadas às tarefas agrícolas, mesmo que, quanto a estas, vários indicadores apontem no sentido de garantir que realmente suportam fortes sacrifícios físicos com a sua dupla actividade de domésticas e agricultoras.

Em vários pontos da freguesia começam, entretanto, a erguer-se airosas vivendas, concebidas desde a raiz segundo todos os requisitos de conforto urbano, que da ligação à terra apenas conservam a prerrogativa de terem «boas vistas». Vão habitá-las algumas das famílias da nova pequena e média burguesia local, que fazem assentar nos bons salários que auferem, na combinação de capital cultural que detêm e no capital social que crescentemente rentabilizam a sua elevada posição na estrutura social da colectividade. Sem poderem rivalizar em vetustez com as casas brasonadas de tradição senhorial, representam tais vivendas, apesar de tudo, inequívocas marcas materiais de uma nova hierarquia de classes, mas também, possivelmente, de uma alternativa, já duradouramente instalada, ao poder dos velhos notáveis e caciques.

Mas o comentador do *Notícias de Penafiel* impressionava-se também, ao meditar sobre as colectividades rurais da região, com as transformações da «raiz tradicional do traje».

Contrariamente, porém, ao que ele sugere e ao que é vulgar admitir-se nesta matéria, a decadência dos padrões de vestuário tradicionais não é o resultado automático de mera aplicação mimética de modas de origem urbana, antes envolve, em todas as circunstâncias, como demonstra o carácter socialmente regulado da sua incidência, um trabalho de apropriação simbólica e prática desigualmente acessível às várias classes, fracções de classe e grupos das colectividades rurais.

Também neste aspecto, Fonte Arcada está longe de constituir excepção. Colectividade onde o processo de proletarização das famílias camponesas, apesar de intenso e transgeracional, não eliminou a dependência económica de muitos grupos domésticos em relação ao trabalho agrícola, nem implicou o desaparecimento físico do campesinato, hoje em grande parte cantonado em algumas dezenas de famílias iletradas e envelhecidas, não admira que os contrastes entre tipos de vestuário sejam aqui flagrantes e contribuam mesmo para reforçar distâncias objectivas e subjectivas entre classes sociais.

Se, entretanto, os referidos contrastes causam tão viva impressão, tal se deve ao facto de se sobreporem, quase sem desajustamentos, a posturas e *élans* corporais que, como eles, embora segundo modos de codificação bem mais subtis e por isso menos explicitáveis pelo senso comum, muito se distinguem entre si ⁴⁵.

Nada melhor para dar conta da conjugação destes fenómenos do que observar a dinâmica da gestualidade nalguns lugares de convívio de Fonte Arcada, quer se trate dos que apenas se animam a pretexto das cerimónias religiosas e festivas locais (o adro da igreja, os arraiais, etc.), quer dos cafés da freguesia, lugares de encontro mais banalizados do que os primeiros, mas nem assim isentos de todos os interditos e diferenciadores sociais.

É nítido, de facto, como, no primeiro caso, por força de subtis estratégias de aproximação e de evitamento, o espaço de convívio se cinde segundo distintas afinidades de vestuário (*jeans* atraem *jeans*, como fatos escuros e bambeados atraem fatos escuros e bambeados, na razão directa da proximidade social entre os seus portadores) e como aquelas recobrem

⁴⁵ Embora não seja a primeira vez que a questão nos ocupa, valerá a pena advertir marginalmente — sem, de resto, qualquer pretensão de aprofundar uma temática que, após as elucidativas sugestões de Marcel Mauss, parece não ter tido o tratamento sociológico que merece — que, para tentar enquadrar nesta perspectiva a especificidade das posturas corporais das classes camponesas, não pode prescindir-se nem de uma referência a factores ligados aos processos de trabalho agrícolas, nem de uma outra que, por seu turno, remeta já para o modo como as mesmas classes avaliam o lugar que ocupam na estrutura social. Como não imputar, de facto, a conformação global daquelas posturas (envergadura e posição dos braços e das mãos, modo de implantação do tronco e pernas em relação ao solo, etc.) às técnicas de corpo impostas pela execução de certas tarefas agrícolas tradicionais, tão exigentes em força e destreza manuais? Como, por outro lado, não associar algumas formas de introversão e contracção gestuais patenteadas pelos camponeses em locais públicos à síndrome de auto-exclusão social com que, a vários títulos, é possível caracterizar a globalidade de práticas simbólicas do grupo? A argumentação ganha, de resto, acrescida plausibilidade se quisermos comparar, ainda que a traços largos, a *hexis* corporal característica dos camponeses com a configuração da gestualidade modal de agricultores inseridos em relações *técnicas* e *sociais* de produção/circulação especificamente capitalistas. Não é só o regular accionamento de instrumentos de trabalho mecânicos, uniformizando e aliviando os gestos exigidos pelas técnicas agrícolas tradicionais, o que determina o carácter diferencial de tal configuração; é todo um sistema de automatismos e disposições associados a uma situação e trajectória de classe distintas das do campesinato que, repercutindo-se, como se sabe, numa cosmovisão tendencialmente dessacralizada e progressiva, se transmite do mesmo modo ao corpo, sob a forma de um *élan* inconformista ou até agressivo.

Num breve, mas incisivo, artigo de Jurg Gasché («Agriculteurs et ouvriers. Études des activités et des contacts sociaux dans une collectivité villageoise», in *Études Rurales*, n.º 48, Paris/Haia, Mouton, 1972) encontrar-se-ão úteis elementos informativos sobre o primeiro tipo de determinismos enunciados.

afinidades homólogas nos modos de relacionamento do corpo com o espaço físico (como os que se referem à utilização diferenciada das zonas mais discretas e mais expostas do terreno, à desigual extroversão dos rituais de cortesia e das formas gestuais de persuasão, etc.). A apropriação dos objectos de diversão que povoam estes lugares também não é, por seu turno, socialmente homogênea, por razões que só na aparência se confundem com a idade: extremamente facilitada para aqueles cujas técnicas de corpo e esquemas perceptivos disponíveis envolvem, graças à escolarização, à ligação profissional a processos de trabalho mecanizados e a um contacto reiterado com ambientes congêneres de sede urbana, grande capacidade de adaptação cognitiva e prática a situações de diversão insólitas, a referida apropriação torna-se, pelo contrário, impossível para os que, não dispondo dessa capacidade, assumem, além disso, a sua inaptidão com um inibitório sentimento de «vergonha cultural»⁴⁶.

Os cafés da freguesia, que, como vimos, atraem clientelas com características algo diferenciadas, estão longe de ser, como as tabernas de outrora, o prolongamento lúdico das transparentes relações de sociabilidade e do universo simbólico-cultural tendencialmente homogêneo que antigamente caracterizavam a colectividade. Para, ainda hoje, continuarem a assegurar, apesar da heterogeneidade de padrões de comportamento e de sistemas de disposições que albergam, algumas das suas funções tradicionais de integração do grupo de residência, torna-se pois indispensável que no seu interior se desenvolva um minucioso (mas também precário) trabalho de conciliação de classes no plano da produção e recepção de sentido. E, se, nestas circunstâncias, a condescendência dos membros da nova pequena burguesia ou mesmo do campesinato parcial relativamente, por exemplo, às «histórias» dos velhos camponeses de Fonte Arcada vai tendo como contrapartida, da parte destes, uma esforçada tentativa para adoptar gostos, palavras e opiniões dos actuais mediadores por excelência da colectividade com o seu exterior, não é raro que todo este jogo simbólico de conciliação acabe por ser subvertido, para dar lugar à ostensiva impaciência dos primeiros ou à envergonhada auto-exclusão dos segundos. Quanto aos mais jovens assalariados no Porto, que, através do vestuário, da elasticidade dos gestos ou da arrogância verbal, revelam e ostentam a sua independência relativamente ao trabalho da terra e aos valores tradicionais da colectividade, preferem obviamente o convívio entre pares que o salão de bilhar contíguo a um dos cafés propicia: a ruptura substitui, neste caso, a conciliação.

O modo como, através de certas variantes da *hexis* corporal, alguns comportamentos dos camponeses no café traem espectacularmente, para gáudio da maior parte, todo um sistema de automatismos desajustados ao *design* do mobiliário e equipamentos disponíveis⁴⁷ mostra bem, entretanto, que este está longe de ser um local de plena democraticidade de costumes. Só que, e é o que resta acrescentar, o facto de quase já passar despercebida a presença no café de alguns dos grandes proprietários da freguesia — aos quais, de resto, nem sequer se poupam, por vezes, duras

⁴⁶ Patrick Champagne, «Les paysans à la plage», in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.º 2, Paris, Maison des Sciences de l'Homme, 1975, p. 23.

⁴⁷ Pense-se na enorme dificuldade que um corpo todo moldado nas tarefas do campo há-de experimentar para se ajustar com um mínimo de elegância aos bancos de pé alto e giratórios que rodeiam o balcão de um dos cafés.

críticas a meia voz — é sintoma, por outro lado, de que a rígida hierarquia social que tinha na propriedade da terra o seu principal fundamento corresponde a um estado irreversivelmente ultrapassado da estrutura de classes local.

Se há casos em que o processo de transformação da estrutura de classes em colectividades rurais está visivelmente associado à pulverização dos seus limites autárquicos tradicionais, Fonte Arcada é seguramente um deles, já que a semiproletarização das famílias camponesas se tem articulado aqui com uma intensa transferência pendular de agentes sociais para o exterior da freguesia, e este é um fenómeno que claramente transcende e subverte aqueles limites.

Compreender-se-á, nestas condições, que também a desintegração do espaço de sociabilidade local — dando lugar, quando certos determinismos geográficos o impõem, a subcomunidades de vizinhança ou, em geral, a formas de convivência irredutíveis ao pressuposto da homogeneidade cultural — seja acompanhada aqui por um alargamento das relações que o integram ao próprio tecido social urbano envolvente. E, assim, se, para um agricultor de Fonte Arcada preso ainda de sol a sol ao trabalho da terra, o anúncio de que pretende ir «até lá baixo» traduz com toda a probabilidade a sua intenção de se deslocar a outra zona da freguesia, a mesma expressão na boca de um assalariado no Porto significa que, «à boleia» ou de comboio, é precisamente à cidade que ele quer deslocar-se, já que por aqui «é tudo muito parado».

Que a questão tenha como consequência o próprio desaparecimento das áreas tradicionais de endogamia é algo sobre que não vale a pena insistir, a não ser na medida em que esta última circunstância actua, por sua vez, no sentido de reforçar a desintegração do espaço de vizinhança local: sabe-se, de facto, como a densidade de relações de parentesco ligada às antigas formas endogâmicas era um importante factor de reforço do *interhabitus* e de dissuasão de conflitos no interior das colectividades.

Redes de parentesco relativamente densas ainda existem em Fonte Arcada. Para os jovens com uma experiência de proletarização na cidade, cuja vivência dos valores e modos de vida urbanos adquire um peso específico cada vez maior na configuração dos seus sistemas de disposições éticas e estéticas, essa circunstância contribui, de resto, para uma aceleração das tendências exogâmicas da colectividade. É que, sendo ainda, na sua óptica, «quase tudo família» na freguesia, qualquer abordagem mais prolongada a uma rapariga é imediatamente assinalada e vigiada de perto por inúmeros parentes, preferindo, por isso, «a malta» deslocar-se longe à procura de namorada «para não haver problemas»⁴⁸. Mas a centrifugação dos «impulsos amorosos» da colectividade, que o alargamento do horizonte sensorial das populações só por si já promove, é ainda intensificada, como já dissemos anteriormente, pela própria reconversão dos critérios estéticos dos jovens migrantes da freguesia. Cada vez se reduzirá mais, por isso, a probabilidade de as raparigas da terra, vítimas de vários *handicaps* estéticos e culturais que lhes são impostos pelo tra-

⁴⁸ Para os mais afoitos (isto é, para os que, por razões ligadas à trajectória social das suas famílias, mais se distanciam dos padrões éticos ainda dominantes na freguesia), não é de excluir, aliás, a hipótese de se ter uma namorada dentro e outra fora de Fonte Arcada, o que, conceda-se, será uma maneira bem alegre de viver uma existência nómada.

balho agrícola, merecerem a atenção interessada dos «conquistadores» de Fonte Arcada.

Assentemos pois em que a desintegração do espaço de sociabilidade (e de socialização) da colectividade se prolonga, para muitos dos seus habitantes, numa multiplicidade de outros espaços incrustados no tecido social urbano.

A observação que, a finalizar o texto, aqui queremos deixar diz justamente respeito ao modo como, ainda no plano da sociabilidade, se estabelece para a maior parte dos migrantes a articulação entre esses dois espaços. Sabemos já que o comboio é o meio de transporte mais usado para garantir a ligação física entre eles; ora o que importa acrescentar nesta altura é que a duração e a reiteração das viagens de comboio se traduzem para os fonte-arcadenses que o utilizam na constituição de um espaço de sociabilidade, de diversão e de socialização adicional, este, porém, dotado de uma muito maior homogeneidade quanto aos sistemas de *habitus* de classe e de práticas que envolve. E é, por certo, graças a esta característica que, apesar das reconhecidas dificuldades em atingir o apeadeiro mais próximo pelos caminhos da freguesia e de ser indiscutivelmente muito grande o dispêndio de horas e de energias imposto pelas viagens, estas são encaradas por muitos como um tempo especialmente bem passado.

Reforçando, além disso, as solidariedades e afinidades do grupo que a elas recorre, as viagens de comboio não deixam, entretanto, de ser indirectamente um factor de marginalização/guetização social (de que o processo de dependentização simbólica é uma importante componente) para os que, permanecendo na colectividade, têm vedados, por razões objectivas e subjectivas, os caminhos da reconversão profissional e social.